

4a

HENRI PIRENNE

MAOMÉ
E

CARLOS MAGNO

Marcelo Cândido
Julho de 1996.

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

118

Marcelo Cândido

18 sep
I

A EXPANSÃO DO ISLÃO
NO MEDITERRÂNEO

I. A INVASÃO DO ISLÃO

Nada é mais sugestivo, para compreender a expansão do Islão, no século VII, que compará-la, pelas influências que exerceu no Império Romano, às invasões germânicas. Elas são a consequência última de uma situação bastante velha, bem mais velha que o Império, e que pesou mais ou menos dolorosamente em toda a sua história. Quando o Império, com as suas fronteiras sobrecarregadas, abandona a luta, os seus invasores deixam-se imediatamente absorver por ele e, na medida do possível, continuam a sua civilização entrando para a comunidade em que esta repousa.

Ao contrário, antes da época de Maomé, o Império não teve, ou mal teve, relações com a Península Arábia (?). Contentou-se, para proteger a Síria contra os bandos nómadas, habitantes do deserto, em construir uma muralha, à semelhança da que construíra no Norte da Bretanha contra as invasões dos Pictos; mas este limes sírio, de que restam ainda hoje algumas ruínas através do deserto, em nada se compara ao do Reno e ao do Danúbio (?).

M. C. M.—9

129

O Império, como não o considerou um dos seus pontos nevralgicos, nunca para ali enviou grandes forças militares. Era apenas uma linha de vigilância atravessada pelas caravanas que traziam perfumes e especiarias. O Império Persa, também ele vizinho da Arábia, agira do mesmo modo. Em suma, nada podia levar a temer os Berberes nômadas da Península, cujo estado civilizational era tribal, cujas crenças religiosas não iam além de um feiticismo e que passavam o tempo a guerrear-se ou a assaltar as caravanas que do Sul se dirigiam para o Norte, do Yémen para a Palestina, da Síria à península do Sinai, passando por Meca e Iatribé (a futura Medina).

Ocupados com os seus conflitos seculares, nem o Império Romano nem o Império Persa se aperceberam da propagação com a qual Maomé, no meio de uma luta confusa entre tribos, mentalizava o seu próprio povo numa religião que ele em breve iria projectar em todo o mundo acompanhada pelo domínio deste. Estava já o Império com a corda na garganta, ainda João Damasceno não via no Islão nada mais que uma espécie de cisma de natureza análoga às heresias anteriores (*).

Quando Maomé morreu, em 632, nada deixava transparecer o perigo que devia manifestar-se fulminante dois anos mais tarde (634). Nenhuma medida foi tomada junto à fronteira. Enquanto a ameaça germânica sempre retivera a atenção dos imperadores, o ataque árabe colheu-os de surpresa. Num certo sentido, a expansão do Islão foi um acaso, se entendermos por tal a consequência imprevisível de várias causas que se combinavam. O sucesso do ataque explica-se pelo esgotamento dos dois impérios vizinhos da Arábia, o romano e o persa, na sequência de uma luta prolongada que os atravaa um contra o outro, luta coroada finalmente com a vitória de Heraclius sobre Cosróis (†627) (*).

Bizâncio acabava de reconquistar o seu brilho, e o seu futuro parecia assegurado com a derrota do inimigo secular, que lhe restituira a Síria, a Palestina e o Egipto.

A Santa Cruz, outrora roubada, regressava triunfalmente, com o vencedor, a Constantinopla. O soberano da Índia enviou a Heraclius as suas felicitações, e o rei dos Francos, Dagoberto, concluiu com ele uma paz perpétua. Podia esperar-se, devia esperar-se após isto, que Heraclius retomasse no Ocidente a política de Justiniano. Os Lombardos ocupavam uma parte da Itália, e os Visigodos, em 624, tinham tirado a Bizâncio os seus últimos postos em Espanha, mas que era isso comparado à formidável recuperação que acabava de se verificar no Oriente?

Todavia, o esforço, sem dúvida enorme, esgotara o Império. Estas provincias que a Pérsia acabava de lhe ceder vai o Islão bruscamente arrancar-lhas. Heraclius (610-641) devia assistir impotente ao primeiro impacto desta nova força, que desorientou o mundo de então e o desmorteou (**).

A conquista árabe, que se desencadeia simultaneamente na Europa e na Ásia, não tem precedentes; apenas podemos comparar a rapidez do seu sucesso àquela com que se constituíram os impérios mongóis de um Átila, ou mais tarde de um Gengiscão ou de um Tamerlão. Mas estes foram tão efêmeros quanto a conquista do Islão foi durável. Esta religião ainda hoje tem os seus fiéis em quase toda a parte onde se impôs no tempo dos primeiros califas. É um verdadeiro milagre a sua difusão fulminante comparada à lenta progressão do cristianismo.

Ao lado desta irrupção, que são as conquistas, tão lentas e tão pouco violentas, dos Germanos, que após tantos séculos não conseguiram senão corroer os bordos da *Romania*?

Ao contrário, é por largos inteiros que o Império se desmorona diante dos Árabes. Em 634 apoderaram-se da fortaleza bizantina de Bothra (Bostra), além do Jordão; em 635, Damasco cede diante deles; em 636, a batalha de Yarmouk dá-lhes toda a Síria; em 637 ou 638, Jerusalém abre-lhes as suas portas, enquanto na direcção

da Ásia conquistam a Mesopotâmia e a Pérsia. O Egípto é atacado por sua vez, em seguida; pouco após a morte de Heraclius (641), Alexandria é tomada e o país imediatamente ocupado. E a expansão, continuando sempre, submete as possessões bizantinas da África do Norte. Tudo isto se explica, sem dúvida, pelo imprevisto, pela confusão que reinava entre os exércitos bizantinos, desorganizados e surpreendidos por uma nova maneira de combater, pelo descontentamento religioso e nacional dos monofisitas e dos nestorianos da Síria, a quem o Império não fizera qualquer concessão, pelo da Igreja copta do Egípto e pela fraqueza dos Persas (9). Mas todas estas razões são insuficientes para explicar um triunfo tão total. A grandeza dos resultados conquistados não é proporcional à importância do conquistador (7).

A grande questão que se põe aqui é saber por que razão não foram os Árabes, que não eram por certo mais numerosos que os Germanos, absorvidos como eles pelas populações destas regiões, com civilização superior à que possuíam? Eis a questão. E não pode haver uma resposta senão de ordem moral. Enquanto os Germanos nada tiveram a opor ao cristianismo do Império, os Árabes estão exaltados por uma nova fé. É isto, e apenas isto, que os torna inassimiláveis. Pois, quanto ao resto, não tomaram mais precauções que os Germanos contra a civilização daqueles que conquistaram. Pelo contrário, eles a assimilam com uma rapidez surpreendente; em ciência, seguem a escola dos Gregos; em arte, a dos Gregos e a dos Persas. Não são fanáticos, pelo menos ao princípio, e não pretendem converter os seus súditos. Mas querem que eles obedeam ao deus único, Alá, ao seu profeta, Maomé, e, dado que ele era árabe, à Arábia. A sua religião universal é ao mesmo tempo nacional.

Consideram-se servidores de Deus. Não significava resignação ou submissão a Deus, e muito menos quer dizer submissão. Alá é único, e é lógico desde então que todos os seus servidores tenham por dever impô-lo aos incrédulos, aos infiéis. O que propõem

não é, como se diz, a sua conversão, mas a sua sujeição (8). E ela chega com eles. Não podem mais, após as conquistas, que tomar como presa a ciência e a arte dos infiéis; cultivá-las em honra de Alá. Tomar-lhes-ão mesmo as instituições na medida em que estas lhes podem ser úteis. São levados a isso, aliás, pelas próprias conquistas. Para governarem o Império que acabavam de fundar não podem apoiar-se nas suas instituições tribais; tal como os Germanos não puderam impor as suas ao Império Romano. A diferença está em que por toda a parte em que eles se fixem instalam-se como dominadores. Os vencidos são seus súditos, pagam apenas impostos, estão fora da comunidade dos crentes. A barreira é intransponível; nenhuma fusão pode ocorrer entre as populações conquistadas e os Muçulmanos. Que contraste formidável com um Teodorico, que se pôe ao serviço dos seus vencidos e procura assimilar-se a eles!

Entre os Germanos, o vencedor vai ao encontro do vencido espontaneamente. Entre os Árabes é o contrário; são os vencidos que vão ao encontro dos vencedores, e não poderá ir de outro modo senão como servidor de Alá, como estes lendo o Corão, como estes aprendendo a língua que é a língua santa ao mesmo tempo que a língua mãe.

Nada de propaganda nem mesmo, como entre os cristãos após o triunfo da Igreja, qualquer compressão delictuosa. «Se Deus quisesse — diz o Corão —, teria feito apenas um só povo de todos os homens», e condena em termos próprios a violência contra o erro (9). Não exige senão obediência a Alá, obediência exterior de seres inferiores, degradados, desprezíveis, que se toleram para que vivam na abjeção. É isto que é intolerável e, para o infiel, desmoralizante. Não se ataca a sua fé, ignora-se-a, melo mais eficaz para o afastar dela e conduzi-lo a Alá, que, ao mesmo tempo que lhe conferirá a dignidade, lhe abrirá as portas da cidade muçulmana. Eis porque a sua religião obriga em consciência o Muçulmano a tratar o infiel como súdito, porque o infiel vem até

ele e vindo até ele rompe com a sua pátria e com o seu povo (10).

O Germano romaniza-se desde que entra na *Romania*. O Romano, pelo contrário, arabiza-se quando conquistado pelo Islão (11). Pouco importa que, em plena Idade Média, tenham subsistido no meio dos Magulmanos pequenas comunidades de coptas, de nestorianos e sobretudo de judeus. Todo o ambiente social não foi menos profundamente transformado. Houve cisão, ruptura com o passado. O novo senhor não mais permite que, na área em que domina, qualquer influência possa escapar ao *controlé* de Alá. O seu direito, tirado do Corão, substitui o direito romano; a sua língua, o grego e o latim.

Cristianizando-se, o Império tinha mudado de alma, se assim podemos dizer; islamizando-se, muda ao mesmo tempo de alma e de corpo. A sociedade civil é tão transformada quanto a sociedade religiosa.

Com o Islão, é um novo mundo que se introduz nestas margens mediterrâneas onde Roma havia propagado o sincretismo da sua civilização. É uma tenda que se abre e que durará até aos nossos dias. Ao longo das costas do *mare nostrum* estendem-se doravante duas civilizações diferentes e hostis. E se a európeia se subordinou à asiática, não foi, porém, assimilada por esta. O mar que outrora fora o centro da cristandade torna-se agora a fronteira dela. A unidade mediterrânica foi quebrada.

A primeira expansão tem o seu ponto morto durante o califado de Othman, e o seu assassínio, em 656, desencadeia uma crise política e religiosa que dura até à subida ao Poder de Moawiah, em 660.

Estava na ordem das coisas que um poder dotado de uma força de expansão tal como o Islão devesse impor-se a toda a bacia do grande lago interior. E, de facto, fez um esforço para isso. Desde a segunda metade do século VII procura tornar-se uma potência marítima nestas águas onde domina Bizâncio, reinando Constante II (641-668). Os barcos árabes do califa Moawiah (660)

começam a invadir as águas bizantinas. Ocupam a ilha de Chipre e, não longe das costas da Ásia Menor, obtêm uma vitória naval sobre o próprio imperador Constante II; apoderam-se de Rodas e instalam-se em Creta e na Sicília (12). Em seguida transformam o porto de Cízico em base naval, donde assediavam, vezes sem conta, Constantinopla, que lhes opõe victoriosamente o fogo grego (13), de tal modo que em 667 renunciavam à sua conquista (14).

O assalto a África, desencadeado pelo emir do Egipto, Ibn Sad, em 647, finaliza com uma vitória sobre o exarca Gregório. Todavia as fortalezas construídas no tempo de Justiniano não sucumbiram e os Berberes, esquecendo a secular hostilidade aos Romanos, cooperaram com estes contra o invasor. Uma vez mais se revelava a importância da África, cuja conquista pelos Vândalos provocara outrora o declínio defensivo do Império no Ocidente. Della depende a segurança da Sicília e da Itália, a passagem marítima para o Ocidente. É sem dúvida para poder defendê-la que Constante II, após a sua visita a Roma, a última levada a efeito por um imperador bizantino, se vem estabelecer em Siracusa.

As convulsões do califado nesta época determinarão um compasso de espera.

Mas a subida ao poder de Moawiah, em 660, devia fazer retomar a luta. Em 664, nova grande *razzia* provoca nova grande derrota dos Bizantinos. O exército que tinham enviado a Hadrumete foi vencido e a fortaleza de Djeloula tomada, após o que os invasores se retiraram (15). Mas para sustar, ao mesmo tempo, as contra-offensivas dos Bizantinos, que dominavam as cidades costeiras, e conter os Berberes do maciço de Aurés, Ogba-ben-Nafi funda, em 670, Kairouan, praça de armas do Islão até ao fim dos tempos (16). Dela partem as

(1) Fogo grego, ou gregués — composição incendiária à base de salitre e de materiais betuminosos que se inflamava mesmo em contacto com a água. (N. do T.)

incursões, acompanhadas de massacres, contra os Berberes, que se refugiavam nas montanhas. Em 681, Ogba, numa investida formidável, atinge o Atlântico. Mas uma reacção dos Berberes e dos Romanos varre tudo isto. O príncipe berbere Kossayla entra vencedor em Kairouan, e os Berberes, que tinham abraçado o islamismo, apressam-se a abjurá-lo (19). Os Bizantinos, por seu lado, passam à ofensiva. Vencidos em Kairouan, os muçulmanos de Kossayla recuam para Barka, onde são surpreendidos e massacrados por um corpo de desembarque bizantino (689). O seu chefe morre na batalha (17).

Esta vitória, que oferece a costa de África aos Bizantinos, ameaça toda a expansão árabe no Mediterrâneo. Deste modo, os Árabes, encarniçados, voltam à carga; Cartago é tomada de assalto em 695. O imperador Leontius vê o perigo e prepara uma armada, que, comandada pelo patricio João, vitoriosamente reconquista a cidade.

Por seu lado, os Berberes, chefiados pela misteriosa rainha Kahina, esmagam o exército árabe próximo de Tebesse e atiram-no para a Tripolitana (18).

Mas no ano seguinte Hassan retoma o ataque e apodera-se de Cartago (698), cuja conquista desta vez devia ser definitiva. Os habitantes fogem. Substitui-se imediatamente a cidade antiga por uma nova capital, ao fundo do golfo: Tunes, cujo porto de Goulette se vem a tornar a grande base do Islão no Mediterrâneo. Os Árabes, que têm finalmente uma armada, dispersam os barcos bizantinos. O senhorio do mar pertence-lhes doravante. Em breve os Gregos conservam apenas a praça de Septem (Ceuta), com alguns bocados da Mauritânia Segunda e da Tingitana, Maiorca, Minorca e algumas cidades em Espanha. Parece que constituiriam com estas possessões dispersas um exarcado que devia subsistir dez anos ainda (19).

Quanto à resistência dos Berberes chefiados pela rainha Kahina, entrincheirados no Aurès, é desfeita e a cabeça daquela enviada ao califa.

Os anos seguintes assistem à concretização da expansão árabe. Mousa Ibn Noga'yr submete o Marrocos e impõe o Islão às tribos berberes (20).

São estes novos convertidos que vão conquistar a Espanha. Esta fora já importunada ao mesmo tempo que a Sardenha e a Sicília. Era a consequência necessária da ocupação da África. Em 675, os Árabes haviam atacado a Espanha por mar, mas tinham sido repellidos pela frota visigótica (21).

O estreito de Gibraltar não podia deter os conquistadores, contra o que julgavam os Visigodos. Em 694, o rei Egica acusa os judeus de conspirar com os muçulmanos, e talvez as perseguições de que foram alvo os tenham levado a desejar a conquista do país. Em 710, o rei de Toledo, Achila, deposto por Rodrigo, duque da Bética, foge para Marrocos, onde, por certo, solicita a ajuda dos Muçulmanos. Estes, em todo o caso, tiram proveito dos acontecimentos, pois em 711 um exército, calculado em cerca de 7000 berberes, sob o comando de Tariq, passa o estreito. Vencido Rodrigo ao primeiro choque, todas as cidades se abrem diante dos conquistadores que, em 712, apoiados por um exército de reforço, terminam a conquista do reino. Em 713, Mouça, o governador da África do Norte, proclama, na capital de Toledo, a soberania do califa de Damasco (22).

E porquê deterem-se em Espanha? Esta aliás prolonga-se pela Narbonense. Logo que a submissão da Península está completada, em 720, os Muçulmanos apoderam-se de Narbona e põem cerco a Tolosa, começando assim o reino franco. O rei, impotente, nada faz. O duque Eudes, da Aquitânia, repele-os em 721, mas Narbona continua em poder deles. E de lá que parte, em 725, uma nova e formidável incursão. Tomam Carcassona, e os cavaleiros do crescente chegam até Autun, posta a saque em 22 de Agosto de 725.

Nova *razzia* em 732 pelo emir de Espanha Abd-er-Rhman, que, partindo de Pamplona, atravessa os Pirinéus e marcha sobre Bordéus. Eudes, batido, refugia-se

junto de Carlos Martel. É do Norte que vai enfim partir a reação contra os Muçulmanos, vista a impotência manifestada pelo Midi. Carlos marcha com Eudes ao encontro do invasor e repele-o naquela mesma passagem de Poitiers onde Clóvis em tempos venceu os Visigodos. O encontro tem lugar em Outubro de 732. Abd-er-Rahman é vencido e morto, mas o perigo não está afastado. Volta-se agora para a Provença, ou seja para o mar. Em 735, o governador árabe de Narbona, Jussel Ibn Abd-er-Rhaman, apodera-se de Arles, com a cumplicidade que encontra na região ⁽²¹⁾.

Em 737, os Árabes tomam Avinhão, com o apoio de Maucoutus, e levam as suas pilhagens até Lião e a Aquitânia. Carlos marcha de novo contra eles. Reconquista Avinhão e vai atacar Narbona, diante da qual derrotou um exército de socorro árabe vindo por mar, não conseguindo, porém, tomar a cidade. Regressa à Austrásia com imensos despojos, pois tomou, destruiu e incendiou Maguelonne, Agde, Béziers e Nîmes ⁽²²⁾.

Estes sucessos não impedem uma nova incursão dos Árabes na Provença, em 739. Desta vez ameaçam também os Lombardos; Carlos, auxiliado por estes últimos, repele-os uma vez mais ⁽²³⁾.

Tudo o que depois ocorreu é obscuro, mas parece que os Árabes submeteram de novo a costa provençal, aqui se tendo mantido alguns anos. Pepino expulsa-os em 752, mas atacou Narbona em vão ⁽²⁴⁾. Não deveria aparecer-se dela definitivamente antes de 759. Esta vitória marca, se não o fim das expedições contra a Provença, pelo menos a da expansão muçulmana no continente ocidental ⁽²⁵⁾. Tal como Constantinopla resistiu ao grande ataque de 718, protegendo assim o Oriente, aqui são as forças intactas da Austrásia, os vassallos dos Carolíngios, que salvam o Ocidente.

Todavia, se no Oriente a frota bizantina consegue com sucesso repelir o Islão do mar Egeu, no Ocidente o mar Tirreno cairá em poder dele.

As expedições contra a Sicília sucedem-se em 720, 727, 728, 730, 732, 752, 753; interrompidas por momentos devido às perturbações civis em África ⁽²⁶⁾, continuam em 827, no tempo do emir aglabita Siadet Allah I, que se aproveita de uma revolta contra o imperador para tentar apoderar-se de Siracusa. Uma frota árabe deixa Souza em 827, mas os Bizantinos enfrentam energeticamente a guerra e uma frota bizantina obriga a levantar o cerco a Siracusa.

Por seu lado, os Muçulmanos recebem reforços de Espanha e em seguida de África. Em Agosto-Setembro de 831, apoderam-se de Palermo após um cerco de um ano, obtendo assim uma base defensiva na Sicília. Mangrado este revers, a resistência dos Bizantinos continua enérgicamente, quer no mar quer em terra. Não podem impedir todavia os Muçulmanos, ajudados pelos Napolitanos, de se apoderarem de Messina, em 843. Em 859, o cerco da resistência bizantina é rompido e Siracusa sucumbe, a 21 de Maio de 878, após uma defesa heróica.

Enquanto o Império Bizantino lutava para salvar a Sicília, Carlos Magno estava a contas com os Muçulmanos nas fronteiras da Espanha. Em 778 enviava um exército que fracassou diante de Saragoça e cuja retaguarda vem a ser massacrada em Rocesvales. Poem-se então na defensiva, até ao momento em que, tendo os Sarrazenas invadido a Septimânia (793), estabelece contra eles a *marca* ^(*) de Espanha (795) ⁽²⁷⁾, na qual seu filho Luís, rei da Aquitânia, se devia apoiar, em 801, para tomar Barcelona. Após diversas expedições infrutuosas realizadas, em especial, pelo *missus* Ingoberto em 810, Tortosa cai igualmente nas mãos de Luís, em 811. Em contrapartida, falha diante de Huesca. Não devia levar as coisas mais por diante ⁽²⁸⁾.

Na realidade, Carlos Magno encontra em Espanha uma resistência extremamente viva. E Egínhardó exagera quando afirma que ele ocupou toda a região até

(*) Divisão territorial no Império de Carlos Magno. (N. do T.)

ao Ebro. De facto, ele não tocou o rio senão em dois pontos, no alto vale, ao sul de Navarra, e no baixo vale, em Tortosa, a admitir que esta cidade tenha sido realmente ocupada (32).

Se Carlos Magno não pôde tirar qualquer proveito da tomada de Barcelona foi porque não possuía marinha. Contra os Sarracenos, senhores de Tunes, que dominavam as costas da Espanha e ocupavam as ilhas, ele nada podia. Procurou defender as Baleares e obteve alguns sucessos passageiros. Em 798, os Muçulmanos arrasaram estas ilhas (33). No ano seguinte, cedendo às solicitações dos habitantes, Carlos Magno enviou-lhes algumas tropas, que foram sem dúvida transportadas em navios das Baleares. Esta demonstração militar parece ter sido eficaz, pois foram enviadas ao rei como troféus as insignias árabes (34). Não vemos todavia que os Francos se tenham mantido nestas ilhas.

De facto, Carlos Magno guerreou, quase todo o tempo, na região dos Pirenéus. As agitações que perturbavam o mundo muçulmano favoreceram-no. A fundação do califado omíada de Córdova, em 765, dirigido contra os abássidas de Bagdade, foi-lhe favorável, já que cada uma destas dinastias procurou chegar a acordo com os Francos.

Carlos Magno não obteve quaisquer outros sucessos noutros pontos do Mediterrâneo. Em 806, os Sarracenos ocupam a pequena ilha de Pantellaria e vendem, em Espanha, como escravos, os monges que ali se encontravam. Carlos dá ordem para os resgatar (35). Nesse mesmo ano de 806, seu filho Pepino, rei da Itália, tenta repelir os Sarracenos da Córsega, onde estes se estabeleceram. Preparou uma armada e, seguindo os analistas carolíngios, torna-se senhor da ilha. Mas em 807 cai de novo em poder dos inimigos (36).

Carlos envia imediatamente contra eles o condestável Burchard, que os obriga a retirar após um combate onde perdem treze barcos. Mas desta vez, ainda, a vitória é efêmera, pois, em 808, o papa Leão III, falando a

Carlos das medidas que tomou para a defesa da costa italiana, lhe pede que se encarregue da Córsega (37). Vemos, com efeito, que em 809 e em 810 os Sarracenos ocupam a Córsega e a Sardenha.

A situação agravava-se quando a África, esgotada pelas lutas endêmicas, se organizou sob a dinastia dos Aglabitas, que reconhecem o califa de Bagdade, Haroun-al-Raschid.

Em 812, os Sarracenos de África, mau grado a chegada de uma frota grega comandada por um patricio e reforçada pelos barcos de Gaète e de Amalfi, pilham as ilhas de Lampedusa, Ponza e Ischia. Leão III põe as costas da Itália em estado de defesa (38) e o imperador envia-lhe o seu primo Vália, para o assistir. Carlos trava também relações com o patricio Jorge, mas este conclui uma trégua de dez anos com o inimigo. Esta, porém, não é respeitada e a guerra no mar não desarma; apenas uma tempestade que destrói a frota sarracena cerca de cem navios, em 813, retarda um pouco as *razzas* dos Árabes em Espanha, que não cessam de pilhar Civita Vecchia, Nice, a Sardenha e a Córsega, donde trazem 500 cativos.

No meio das guerras são tentados, todavia, alguns esforços diplomáticos. Já em 765, Pepino enviara uma embaixada a Bagdade. Em 768, recebeu, na Aquitânia, enviados dos sarracenos de Espanha, vindos por Marselha. Em 810, Haroun-al-Raschid enviou uma embaixada a Carlos Magno, que, por seu lado, em 812, assinaria um tratado com El-Hakem, o *espanhol*.

Estas tentativas não tiveram sequência. E Carlos Magno, incapaz de resistir às frotas muçulmanas, resigna-se à defensiva, difficilmente sustendo os golpes que recebe.

A situação devia piorar ainda depois da morte de Carlos Magno. Sem dívida, em 828, Bonifácio da Toscana aventura-se com uma pequena frota, destinada a proteger a Córsega e a Sardenha, até às costas de África, entre Cartago e Útica (39). Suponho que procurava tirar proveito do facto de os Muçulmanos estarem nesse mo-

mento occupados na Sicilia. Mas alguns anos mais tarde, a Itália, ao norte das cidades bizantinas, é uma presa fácil para os Muzulmanos. Brindisi e Tarento foram devastadas em 838, Bari conquistada em 840, as frotas de Bizâncio e de Veneza derrotadas. Em 841, os Muzulmanos devastam Ancona e a costa dálmata até Cattaro. E Lotário, em 846, não esconde que receia a anexação da Itália (49).

Em 846, setenta navios atacam Ostia e Porto, avançam, devastando tudo até às muralhas de Roma, e profanam a igreja de São Pedro. A guarnição de Gregoriotolis não conseguiu detê-los. São finalmente repellidos por Gui de Spoletto. A expedição de Lotário, em 847, não consegue reconquistar Bari.

Em 849, a instigação do papa, Amalfi, Gaète e Nápoles constituem uma liga contra os Sarracenos e reúnem em Ostia uma frota que o papa Leão IV benze (41). Ela obtém uma grande vitória naval sobre os Sarracenos. Ao mesmo tempo, o papa cerca com uma muralha o burgo do Vaticano, transformando-o na *Civitas Leonina* (848-852) (42).

Em 852, o papa estabelece em Porto, que fortifica, corseos fugidos da ilha, mas esta nova cidade não prospera. Cria também Leopoli, para substituir Civita Vecchia, despovoada pelo terror que inspiram os Sarracenos (43). De igual modo restaura Orta e Améria, na Toscana, para fornecer um refúgio aos habitantes aquando das incursões muzulmanas (44). O que não impede estes de devastarem a Campânia romana em 876 e 877; em vão o papa pede ajuda ao imperador de Bizâncio. Os desastres que este sofre neste momento na Sicilia, onde Siracusa sucumbe (878), impedem-no, sem dúvida, de intervir, e finalmente o papa vê-se forçado a pagar anualmente aos Mouros, para escapar aos seus ataques súbitos, 20 000 *manusi* de prata. São simples bandos de piratas aqueles com quem tem a haver-se e cujo unico proposito é a pillagem. Em 883, a abadia do monte Cassino é incendiada e destruída (45). Em 890,

a abadia de Farfa é assediada e resiste durante sete anos. Subiaco é destruída, o vale de Anio e Tivoli devastados. Os Sarracenos organizaram uma praça de armas não longe de Roma, em Sarracinesco, e uma outra nos montes Sabino, em Ciciliano.

O campo romano torna-se um deserto; *reducta est terra in solitudinem*. A calma renascerá apenas em 916, quando João X, o imperador, os príncipes da Itália do Sul e o imperador de Constantinopla, que envia galeras para Nápoles, tiverem forçado a cidade e os seus vizinhos a abandonar a sua aliança com os Sarracenos e, unidos a eles, derrotarem por fim, em Garigliano, os terríveis invasores.

Podemos, pois, dizer que desde a conquista da Espanha, e sobretudo da Africa, o Mediterrâneo occidental se tornou um lago romano. O Império franco, sem marinha, nada pode. Apenas a possuem ainda Nápoles, Gaète e Amalfi. Mas os seus interesses comerciais impellem-nas a abandonar Bizâncio, bastante afastada, para se aproximarem dos Muzulmanos.

Foi graças à sua deserção que os Sarracenos puderam, finalmente, tomar a Sicilia. A frota bizantina é poderosa, na verdade, superior mesmo às das cidades italianas marítimas, graças ao fogo grego, que a torna um temível meio de guerra; mas, tomada a Sicilia, está praticamente desligada do Ocidente, onde não faz senão raras e inúteis aparições. Ela permitiu todavia aos imperadores salvaguardar o seu Império, que é sobretudo costeiro (46); e graças a ela que as águas em redor da Grécia continuam lívres e que a Itália escapou finalmente à influência do Islão. Trinta anos após a sua conquista pelos Muzulmanos, em 840, Bari é reconquistada pela frota do imperador Basílio, constituída por 400 barcos (47). Foi este o facto essencial que impediu os Muzulmanos de pôr o pé na Itália, que manteve aqui a soberania bizantina e garantiu a segurança de Veneza. X

Foi ainda graças à sua frota que Bizâncio pôde conservar uma espécie de supremacia sobre Nápoles, Amalfi

e Gaète, cuja política se resumia a evolucionar entre o imperador, o duque de Benevento e os Muçulmanos, para conservar a autonomia necessária ao seu comércio.

A expansão islâmica não conseguiu, pois, englobar todo o Mediterrâneo. Ela o cerca a leste, a sul e a ocidente, mas não tem qualquer influência ao norte. O antigo mar romano tornou-se o limite entre o Islão e a Cristandade. Todas as antigas províncias mediterrâneas conquistadas pelos Muçulmanos se inclinam doravante para Bagdade (*).

Do mesmo golpe, o Oriente ficou separado do Ocidente. O elo que a invasão germânica deixara subsistir é cortado. Bizâncio não é mais que o centro de um Império Grego, no qual não há já qualquer possibilidade de uma política tipo justiniana. Está reduzido à condição de defender apenas as suas possessões. Os postos mais ocidentais são Nápoles, Veneza, Gaète e Amalfi. A frota permite ainda manter os contactos com elas, impedindo deste modo que o Mediterrâneo se transforme num lago muçulmano. Mas o Mediterrâneo ocidental é apenas isto. Ele, que tinha sido a grande via de comunicação, é hoje uma barreira intransponível.

O Islão rompeu a unidade mediterrânica que as invasões germânicas tinham deixado subsistir.

É este o facto de maior relevo que se passou na História europeia desde as Guerras Púnicas. É o fim da tradição antiga. É o começo da Idade Média, no proprio momento em que a Europa estava em vias de se bizantinizar.

2. O ENCERRAMENTO DO MEDITERRANEO OCCIDENTAL.

Enquanto o Mediterrâneo continuou cristão, foi a navegação oriental que manteve o comércio com o Ocidente. A Síria e o Egipto eram os seus dois centros principais; ora, são precisamente estas duas ricas províncias as primeiras a cair sob o domínio do Islão. Seria um

erro evidente crer que este domínio tivesse atingido a actividade económica. Se houve grandes conturbações, se verificamos uma considerável emigração de sirios para o Ocidente, não há que acreditar todavia que a estrutura económica se tenha desmoronado. Damasco tornou-se a primeira capital do califado. As especiarias não cessam de ser importadas, o papiro de ser fabricado, os portos de funcionar. Desde que paguem imposto, os cristãos não são molestados. O comércio continuou, pois, a direcção é que mudou (*).

Escusado é dizer que em plena guerra o vencedor não deixa os seus súbditos traficar com o vencido. E quando a paz reanima a actividade das províncias conquistadas, o Islão orienta-a para os novos destinos que lhes abre a imensidão das suas conquistas.

Novas vias comerciais são abertas que ligam o mar Cáspio ao Báltico pelo Volga, e os Escandinavos, cujos mercadores frequentam as margens do mar Negro, devem ter tomado imediatamente o novo trajecto; bastanos como prova as numerosas moedas orientais encontradas em Gothland.

É certo que as conturbações inseparáveis da conquista da Síria (634-636), e depois do Egipto (640-642), impediram momentaneamente a navegação (*).

Os barcos tiveram de ser requisitados para a frota que o Islão organiza imediatamente no mar Egeu. Não se vê bem, aliás, mercadores a passear no meio de esquadras hostis, a menos que para se aproveitarem das circunstâncias, como muitos deles devem ter feito, para escapar à pirataria.

Há que admitir que a partir de meados do século VII a navegação dos portos muçulmanos do mar Egeu para os portos que ainda continuavam cristãos se tornou impossível; se subsiste dela qualquer coisa é quase nada.

De Bizâncio e das costas que defende à sua volta pode manter-se a navegação, protegida pela armada, para outras regiões gregas da Grécia, do Adriático, da Itália meridional e da Sicília, mas difficilmente se admi-

tirá que se tenha aventurado mais além, pois, já em 650, o Islão ataca a Sicília.

Quanto ao movimento comercial da África, a pilha-gem continua da região, de 643 a 708, pôs-lhe incontestavelmente fim. Os raros vestígios que puderam conservar-se dele desapareceram após a tomada de Cartago e a fundação de Tunes, em 698.

A conquista da Espanha, em 711, e imediatamente depois, a insegurança em que vivem as costas da Provença, acabam por tornar absolutamente impossível toda a navegação comercial no Mediterrâneo ocidental. E os últimos portos cristãos não teriam podido manter entre si qualquer movimento marítimo, pois não possuíam nenhuma, ou quase nenhuma, frota.

Podemos afirmar assim que a navegação do Oriente cessa, por volta de 650, com as regiões situadas a este da Sicília e que na segunda metade do século VII se extingue em todas as costas do Ocidente.

Nos princípios do século VIII, o seu desaparecimento é completo. Nada de tráfico mediterrânico, excepção feita nas costas bizantinas. Como diz Ibn Khaldoun (com a respectiva reserva quanto aos Bizantinos): «Os cristãos não podem fazer flutuar uma tábua no mar.» Este está doravante entregue à pirataria sarracena. No século IX, apoderaram-se das ilhas, destroem os portos, fazem *razzias* por toda a parte. Abre-se um vazio no grande porto de Marselha, outora a principal etapa do Ocidente com o Levante. Quebra-se a antiga unidade económica do Mediterrâneo, e assim permanecerá até à época das Cruzadas. Tinha resistido às invasões bárbaras; cede diante da pressão irresistível do Islão.

Como teria podido resistir o Ocidente? Os Francos não possuíam marinha. A dos Visigodos de nada valia, e o inimigo, pelo contrário, estava bem preparado. O porto de Tunes e o seu arsenal são inexpugnáveis. Em todas as costas elevam-se *ribat*, postos meio religiosos, meio militares, que se correspondem entre si e mantêm um perpétuo estado de guerra. Contra esta potência

marítima os cristãos nada podem; o facto de não fazerem mais que uma pequena incursão contra a costa de África é uma das provas reais mais evidentes.

Há que insistir sobre este ponto, pois excelentes eruditos não admitem que a conquista muçulmana tenha podido produzir uma ruptura tão completa. Creem mesmo que os mercadores sírios continuaram a frequentar, como outora, a Itália e a Gália durante os séculos VII e VIII. É verdade que Roma, em especial, acolhe vários sírios durante as primeiras décadas que se seguiram à conquista do seu país pelos Árabes. E é preciso que o seu número e influência sejam consideráveis para que vários de entre eles, tais como Sérgio I (687-701) e Constantino I (708-715), tenham sido elevados à dignidade papal. De Roma, um certo número destes refugiados, cujo conhecimento da língua grega lhes assegurava o prestígio, espalha-se imediatamente em direcção ao norte, levando consigo manuscritos, mapas, objectos de ourivesaria, de que se tinham prevenido ao abandonar a pátria. Os soberanos carolíngios não deixam de os empregar na obra de renovação literária e artística que empreenderam. Carlos Magno encarregou alguns de rever o texto dos Evangelhos. E foi provavelmente um dos seus compatriotas que deixou em Metz um texto grego das *Loudes*, mencionado no século IX.

Devemos ainda considerar como prova da penetração síria no Ocidente depois do século VII a acção que a arte da Ásia Menor exerceu no desenvolvimento da ornamentação na época carolíngia. Não ignoramos, aliás, que muitos eclesiásticos da *Francia* se dirigiam ao Oriente para venerar os santuários da Palestina e que regressavam providos não só de relíquias mas sem dúvida também de manuscritos e de ornamentos de igreja.

É um facto bem conhecido que Haroun-al-Raschid, desejoso de ganhar Carlos Magno para a sua causa na luta contra os Omíadas, lhe deu o túmulo de Cristo (51) ao mesmo tempo que um vago protectorado sobre os lugares santos.

Mas todos estes factos por interessantes que sejam para a história da civilização não o são para a historia económica. A emigração de sábios e artistas não estabelece em nada a existência de relações comerciais entre as regiões de origem e aquelas onde se refugiaram. O século XV, que viu tantos eruditos bizantinos fugir para a Itália diante dos Turcos, não é precisamente a época em que Constantinopla cessa de ser um grande porto? Não podemos, pois, confundir circulação de mercadorias com circulação de peregrinos, de eruditos, de artistas. A primeira supõe uma organização de transportes e relações permanentes de importação e exportação, a segunda efectua-se ao acaso das circunstâncias. Para que se esteja no direito de afirmar a persistência da navegação síria e oriental no mar Tirreno e no golfo de Lião depois do século VII é preciso mostrar que Marselha e os portos da Provença continuaram a manter relações, após esta data, com o Levante. Ora, o último texto que podemos evocar no tocante a este assunto é o documento de Corbie, de 716⁽³²⁾.

Segundo este texto, o entreposto do fisco em Marselha ou em Fos teria ainda nesta época sido abastecido de especiarias e de azeite, isto é, de produtos originários da Ásia e da África. Creio, todavia, que há nele apenas um arcaísmo. Estamos perante uma acta que confirma a abadia de Corbie antigos privilégios; é verosímil que reproduza tal-qual textos anteriores. É impossível, com efeito, que o azeite de África tenha podido ainda ser importado nesta data. Poder-se-ia admitir, é verdade, que o *cellarium fisci* vivia dos seus *stocks*, mas isso não é indício da existência de relações comerciais activas em 716. Em todo o caso é a última e derradeira menção que temos de produtos orientais armazenados nos portos da Provença. Quatro anos mais tarde, aliás, os Muçulmanos desembarcaram nestas costas e pilham a região. Marselha está morta nesta época. Em vão se alegará poder provar a sua actividade pela passagem de peregrinos que se dirigem ao Oriente. É certo, com efeito,

que tais peregrinações, não podendo effectuar-se pelo vale do Danúbio, occupado primeiro pelos Árabes e depois pelos Húngaros, supõem travessias marítimas. Mas observe-se que todas as vezes que é possível conhecer os itinerários seguidos é nos portos da Itália bizantina que embarcam os piedosos viajantes. São Vilibaldo, futuro bispo de Eichstätt, embarca, em 726, em Gaète, depois de ter atravessado os Alpes. Madalvens, bispo de Verdun, dirigindo-se a Jerusalém, toma na Apúlia, por volta de 776, um navio que parte para Constantinopla⁽³³⁾.

As cartas de São Bonifácio mostram-nos anglosaxões que alancam Roma por terra em vez de tomar a rota de Marselha, obrigando-se a atravessar os Alpes. É de Tarento que parte, no século IX, o monge Bernardo, para chegar a Alexandria⁽³⁴⁾.

Não só não temos um único texto sobre a presença de mercadores sírios ou orientais como verificamos que a partir do século VIII todos os produtos importados não voltam a encontrar-se na Gália; contra este facto não há argumento⁽³⁵⁾.

O papiro desapareceu. Todas as obras escritas em papiro no Ocidente, que conhecemos, são dos séculos VI e VII. Até 659-677, a chancelaria merovingia servia-se exclusivamente de papiro. Depois aparece o pergaminho⁽³⁶⁾. Algumas actas privadas são ainda escritas neste material, levantado, sem dúvida, de antigos *stocks*, até finais do século VIII. Após o que não o encontramos mais.

É isto não pode explicar-se pela cessação do seu fabrico, pois que este continuou, como o provam até à evidência as belas actas em papiro do século VII do Museu do Cairo. O desaparecimento do papiro na Gália não se deve, pois, à lentidão, mas ao cessamento do comércio. O pergaminho parece a princípio ter tido pouca expansão. Gregório de Tours, que lhe chama *membranum*, cita-o apenas uma vez⁽³⁷⁾ e parece indicar que era fabricado pelos monges para seu uso. Ora sabe-

mos como são conservadores os usos de chancelaria. Se nos finais do século VII as repartições reais cessaram de utilizar o papiro é porque se tornou bastante difícil a sua procura.

O uso do papiro conservou-se um pouco na Itália. Os papas serviram-se dele pela última vez em 1057. É para admitir, como Bresslau, que eles usavam velhos *stocks*? Viria da Sicília, onde os Árabes aí introduziram o seu fabrico, no século X? Esta proveniência siciliana é todavia discutível. Parece-me verosímil que o procuravam no comércio dos portos bizantinos: Nápoles, Gaète, Analfi, Veneza.

Mas para a Gália acabou.

Também as especiarias, como o papiro, desapareceram dos textos depois de 716⁽⁶²⁾. Os estatutos de Adalardo de Corbie não mencionam mais que *pulmentaria*, isto é, uma espécie de sopa de ervas⁽⁶³⁾.

As especiarias devem, com efeito, ter desaparecido ao mesmo tempo que o papiro, pois que vinham nos mesmos barcos.

Percorramos os capitulários. De especiarias e produtos exóticos citam-se apenas, como plantas próprias para serem cultivadas nas *villae*⁽⁶⁴⁾, a garrança, o cominho ou as amêndoas⁽⁶⁵⁾. Mas a pimenta, o cravinho (*carofilo*), o nardo (*psico*), a canela, as tâmaras, o amendoim, não são mencionados uma só vez sequer.

As *tractoriae* carolíngias mencionam, entre os alimentos que serão servidos aos funcionários em viagem, pão, carne de porco, frangos, ovos, sal, ervas, legumes, peixe, queijo, mas nem uma especiaria⁽⁶⁶⁾.

De igual modo, a *tractoria* «*de conjectu missis danda*»⁽⁶⁷⁾, de 829, enumera como alimentos a fornecer aos *missi* 40 pães, carne de porco ou cabrito, 4 frangos, 20 ovos, 8 sesteiros de vinho, 2 barris de cerveja, 2 moios de frumento. Trata-se de um menu rústico.

As *Capitula Episcoporum*⁽⁶⁸⁾ de 845-850 atribuem aos bispos, aquando das suas deslocações, 100 pães, carne de porco, 50 sesteiros de vinho, 10 frangos, 50

ovos, 1 cabrito, 1 bácoro, 6 moios de aveia para os cavalos, 3 carros de feno, mel, azeite, cera. Mas nenhuma menção de condimentos.

Vemos pelas cartas de São Bonifácio que as especiarias se tinham tornado raras e caras. Recebe ou envia presentes que consistem em pequenas quantidades de incenso⁽⁶⁹⁾. Em 742-743, um cardeal envia-lhe *aliquantum cotzumbri quod incensum, Domino offeratis*⁽⁷⁰⁾. Em 748, um arquidiácono de Roma envia-lhe também especiarias e perfumes⁽⁷¹⁾. Estas ofertas provam a raridade das especiarias ao norte dos Alpes, já que são oferecidas como presentes. Observemos, por outro lado, que vêm todas da Itália, não do porto de Marselha. O *cellarium fisoi* está vazio, ou talvez, o que é mais provável, tenha sido incendiado pelos Sarracenos. E as especiarias não são já um artigo de comércio normal. Se aparecem ainda um pouco, é por intermédio dos bufarinhos.

Em toda a literatura do tempo, tão abundante, não se fazem menções delas.

Podemos, pois, afirmar, em presença desta carência, que as especiarias desapareceram, nos finais do século VII e princípios do século VIII, da alimentação corrente. E não voltariam a aparecer senão a partir do século XII, aquando da reabertura do mar.

O mesmo se passa naturalmente com o vinho de Gaza, que desaparece também. O azeite não mais é exportado da África. Aquêle de que se servem vem da Provença. É a cera que fornece a luz às igrejas.

De igual modo também o uso da seda parece estranho na época. Encontro apenas uma única referência a ela nos capitulários⁽⁷²⁾.

Conhecemos quão simples era Carlos Magno na maneira de vestir. E a corte imitava-o certamente. Mas esta simplicidade, que contrasta tão fortemente com o luxo merovingio, é-lhes, sem dúvida, imposta.

Temos de concluir depois disto que a importação oriental terminou em seguida à expansão islâmica.

Um outro facto igualmente interessante de verificar é a rarefacção progressiva do ouro. Aparentemente disto pelas moedas de ouro merovingias, que no século VIII contém já uma liga de prata cada vez maior. Manifestamente, o ouro cessou de vir do Oriente. Enquanto na Itália, continua a circular, rarefica-se na Gália ao ponto de se renunciar a elle como moeda. A partir de Pepino e Carlos Magno cunham-se apenas, salvo mui raras excepções, denários em prata. O ouro não voltará a occupar o seu lugar senão na mesma época em que as especiarías retomarem o seu na alimentação.

Trata-se de um facto essencial e que vale mais que todos os textos. Temos de admitir, pois, que a circulação do ouro era uma consequência do comércio, já que onde o comércio se conserva, isto é, na Itália do Sul, se conserva o ouro igualmente.

A extingção do comércio oriental e do tráfico marítimo tiveram como consequência o desaparelhamento dos mercadores de profissão no interior do país. Os textos não mais os mencionam e todas as citações que encontramos podem ser interpretadas como applicando-se a mercadores occasionais. Não vejo nesta época um só *negociator* do tipo merovingio, isto é, emprestando dinheiro a juro, pedindo para ser enterrado num sarcófago, distribuindo bens aos pobres e às igrejas. Nada nos mostra que haja ainda nas cidades colónias de mercadores ou uma *domus negotiantium*. Como classe, os mercadores desapareceram. O comércio em si não desapareceu, pois é impossível imaginar uma época sem qualquer troca, mas tomou um outro carácter. Como veremos mais adiante, o espirito da época é-lhe hostil, salvo nas regiões bizantinas. A restrição de saber ler e escrever entre os laicos torna aliás impossível o mantimento de uma classe de pessoas vivendo normalmente da compra e venda. E o desaparelhamento do empréstimo a juro prova, por seu lado, a regressão económica produzida pelo encerramento do mar.

Que não se creia que os muçulmanos da África, da Espanha ou mesmo da Sírta se tenham substituído aos antigos mercadores do Levante bizantino. Para já, entre eles e os cristãos é a guerra perpétua. Eles não pensam em commerciar, mas em pilhar. Nem um texto menciona um só estabelecido na Gália ou em Itália. É um facto verificado que os commerciantes muçulmanos não se installaram fora do Islão. Se fazem comércio, fazem-no entre si. Não se encontra o minimo indício de um tráfico que teria existido, depois da conquista, entre a África e os cristãos, salvo, como já se disse, no que toca aos cristãos da Itália do Sul. Mas nada de semelhante se verifica para os da costa da Provença.

Nestas condições, o que resta para sustentar o comércio são os Judeus. São, aliás, numerosos por toda a parte. Os Árabes não os perseguiram nem os massacraram e os cristãos não mudaram de attitude para com elles. Constituem, pois, a unica classe cuja subsistência está no negócio. E são ao mesmo tempo, pelo contacto que subsiste entre o Islão e a Cristandade ou, se quisermos, entre o Oriente e o Occidente.

3. VENEZA E BIZANÇIO

Podemos dizer que a invasão islâmica foi tão decisiva para o Oriente como para o Occidente da Europa. Antes dela, o imperador de Constantinopla era ainda o imperador romano. A politica de Justiniano neste ponto é característica: pretende manter sob a autoridade imperial todo o Mediterrâneo. Depois dela, pelo contrario, o imperador põe-se na defensiva dentro das águas gregas, vigiando, até que no século XI chama o Occidente em seu socorro. O Islão paralisa-o e absorve-o. Toda a exploração da sua politica está nisto. O Occidente está-lhe doravante fechado.

Uma vez perdidas a África e Cartago, que se obstruiu ainda em defender, em condições desastrosas, a esfera de acção da política bizantina não irá além da Itália, de que apenas conseguirá conservar as costas. No interior, Bizâncio não consegue resistir aos Lombardos; a sua impotência provocará a revolta da região e a deserção do papa. () Império lutará apenas pela Sicília, pelo Adriático e pelas cidades do Sul, que constituem para si os postos avançados, aliás de dia para dia mais autónomos.

A expansão do Islão veio morrer às fronteiras bizantinas. Ela levou-lhe as suas províncias sírias, egípcias e africanas, explorando em parte as diferenças de nacionalidade, mas o bloco grego resistiu, e resistindo salvou a Europa, e, sem dúvida, com ela o cristianismo.

Todavia, o choque foi duro: Bizâncio, atacada por duas vezes quando o Islão estava em pleno vigor, ficou a dever a vitória à sua frota. Contudo, mau grado o resto, a ser a grande potência marítima.

De todos os prolongamentos bizantinos para oeste, o mais importante e o mais original é a extraordinária Veneza, o expoente mais curioso da história económica de todos os tempos, juntamente com as Províncias Unidas. Os primeiros habitantes das ilhotas arenosas e desoladas da laguna são infelizes que fogem diante das hordas de Átila, no século V, aquando do ataque contra Aquileia. Outros chegaram por alturas da ocupação franca da Istria na época de Narsés (69), e sobretudo por ocasião da invasão lombarda. Assim se povoou toda esta banda de terras marinhas num êxodo, momentâneo a princípio, depois definitivo. Grado recolheu a maioria dos fugitivos de Aquileia, cujo bispo tomou o título de patriarca e foi o chefe espiritual da nova Veneza. Caorle, no estuário do Livenza, recebeu os emigrantes e o bispo de Concórdia. Temos depois Heraciana e Aquileia, próximo de Pavía. As gentes de Altnum refugiaram-se em Torcello, Murano, Mazzorbo. As de Pádua estabeleceram-se em Malamocco e em Chioggia. De

início, o grupo de ilhotas onde mais tarde se ergueria Veneza foi o mais fracamente ocupado: Rialto, Olivolo, Spinalunga, Dorsoduro, receberam apenas alguns pescadores (70).

Na primitiva Veneza, dos séculos VI e VII, o centro religioso foi Grado, o centro político, Heraciana, o centro comercial, Torcello. Escapando aos vencedores de terra firme, aí se manteve a administração bizantina, representada por alguns funcionários e por *tribuni*.

Habita ali uma população essencialmente marítima, que Cassiodoro descreve e que faz pensar na Holanda primitiva. «Parecem de longe barcas deslizando num prado, pois não nos apercebemos dos cascos.» (71) Compreende-se o que uma tal vida tenha de favorável à expansão da energia e do engenho. Inicialmente, baseou-se na pesca e na fabricação do sal, que as barcas iam trocar na margem por trigo. O único centro comercial da região é Comacchio na embocadura do Pó, frequentado por navios bizantinos, que trazem azeite e especiarias. Comacchio, o porto do vale do Pó, morreu, sem dúvida, com a cessação do tráfico oriental com o golfo de Lião. Um tratado de comércio assinado por volta de 715, com a cidade de Luitprand, no qual se faz menção de pimenta, mostra que o porto mantinha relações com o Levante (72).

Sem dúvida que os Venécios imitaram imediatamente os seus vizinhos. Em todo o caso, a sua actividade comercial só nasce no decurso do século VIII. Em 787-791, os seus mercadores são expulsos de Ravenna, a pedido de Carlos Magno — o que prova que o não tinham querido reconhecer como rei dos Lombardos (73); a sua aliança com Bizâncio encontra-se desde logo reforçada. As suas relações com o imperador, bastante longe, apresentam para eles apenas vantagens. O seu ideal é a autonomia sob o governo de um ou dois doges, que elegem e que são ratificados por Bizâncio.

De tempos a tempos surgem diferendos. Veneza volta-se então para o imperador franco. E assim que, em

805, envia uma embaixada a Carlos, a fim de se colocar sob o seu protectorado. Mas esta sondagem relaciona-se antes com as lutas de partidos nas cidades e com conflitos com Grado, cujo patriarca já em 803 pedira, por seu lado, a protecção de Carlos (71). Neste momento, Veneza acaba de se impor às pequenas cidades da costa dálmata e teme sem dúvida uma reacção da parte de Bizâncio. Este incidente, por ter sido pouco notável, não teve menos uma enorme importância. Carlos, em resposta à embaixada dos Venezianos, anexa imediatamente a cidade ao reino da Itália; o seu Império teve, a partir daí, uma possibilidade de se tornar uma potência marítima e de pôr o pé na Dalmácia. Mas não tirou qualquer proveito disso. Bizâncio, pelo contrário, viu imediatamente o perigo. No ano seguinte, Nicéforo envia uma frota, que obtém rapidamente a submissão de Veneza. Carlos não reage: limita-se a oferecer refúgio, nos seus Estados, ao patriarca de Grado (72).

Em 807, o rei da Itália, Pepino, concluiu uma trégua com Nicezas, o comandante da frota, e os Venezianos entregavam os culpados ao *Barbarus*, que os exilou. Recompensou os seus partidários com os títulos de espartário e de *urtrros* (73).

A questão era bastante tentadora para que ficasse por aqui. Em 810, Pepino, pedindo emprestados os barcos de Comacchio, reconquista Veneza e a costa dálmata (74). Mas uma frota bizantina, comandada por Paulo, prefeito da Cefalônia, obriga-o imediatamente a abandonar as suas conquistas. Morreu nesse mesmo ano, em 8 de Julho, Carlos apressou-se a convidar para virem a Aix os legados bizantinos, com os quais concluiu a paz cedendo-lhes Veneza e as cidades da Istria, da Libúria e da Dalmácia. Esta paz foi assinada, por tratado definitivo, em 13 de Janeiro de 812: o Império carolíngio renunciava ao mar, onde acabava de se provar a sua impotência de um modo evidente (75). Veneza ia decididamente gravitar na órbita de Bizâncio e marrear,

no limite do Ocidente, o começo de um outro mundo. A sua *piazza* prova-o melhor que todos os textos.

A paz de 812 deu a Veneza uma situação excepcionalmente favorável. Foi a condição da sua grandeza futura (76). Por um lado, a sua união com o Império abriu o Oriente à sua expansão, e isso sem ameaçar a sua autonomia, pois que o Império tinha necessidade do seu apoio na luta contra o Islão. E, por outro lado, abriu-lhe o Ocidente, pois, renunciando a possuí-la, Carlos Magno reconhecia-lhe o direito de fazer o comércio no Império Franco. Intangível a Oeste, não tinha que recear senão Comacchio, que controlava a embocadura do Pó. Em 875, destruiu a sua rival, que desapareceu definitivamente. Doravante, do seu comércio apenas dependerão os mercados e os portos da Alta Itália: Pavia, Cremona, Milão, etc. (77).

Restava o perigo sarraceno. Aqui o interesse de Veneza coincide com o do imperador. Em 828, pede-lhe o auxílio dos seus navios de guerra. Em 840, Veneza envia sessenta vasos contra Tarento, em socorro do Império; pelo que os Muçulmanos queimam Ancona e capturam os barcos venezianos (78). Em 867-871, Veneza age contra Bari por mar, de concerto com os Bizantinos e com Luis II, que ataca a cidade por terra. Mas em 872 os Muçulmanos atacam a Dalmácia; em 875 assediavam Grado. Veneza todavia conserva o senhorio do Adriático e por ele assegura a navegação para o Levante. O que aliás não impede Veneza de traficar com o Islão. O imperador, desde 814-820, que interdita o comércio com os sarracenos da Síria e do Egipto, mas os Venezianos, combatendo o infiel, comerciavam com ele. E é de Alexandria que uma frota de dez navios traz, em 827, as reliquias de São Marcos, roubadas sem o conhecimento quer dos cristãos quer dos muçulmanos da cidade (79).

O grande comércio de Veneza é o de escravos eslavos da costa dálmata. Em 876, o doge interdita-o em vão.

Os mercadores vendem mesmo, em pleno século IX, escravos cristãos aos muçulmanos⁽⁸⁸⁾.

O tratado de comércio assinado por Veneza com Lotário em 840⁽⁸⁹⁾, e que a mostra como uma cidade essencialmente mercantil, interdita a venda de escravos cristãos e de eunucos. Veneza é, por excelência, um porto e um mercado. Ela assume o papel que outrora foi representado por Marselha. É ali que embarcam os passageiros para o Levante e que se exportam para o Egipto madeiras de construção.

Do Oriente chegam as especiarias e as sedas, que são imediatamente reexportadas, através da Itália, para Pavia e para Roma⁽⁹⁰⁾. Sem dívida que devia haver também algum transporte para lá dos Alpes⁽⁹¹⁾, embora o comércio por esta via tenha sido insignificante nesta época.

Veneza possui como mercado toda a costa dálmata. E com ele, sem dívida, que se faz o comércio mais activo.

Comparada com o Ocidente, Veneza é outro mundo. Os seus habitantes têm espírito mercantil e não os embarragam as interdições relativas ao *turpe lucrum*⁽⁹²⁾. El esta mentalidade é pura e simplesmente a que desapareceu no mundo ocidental e na Itália depois das conquistas árabes, mas que se mantém ainda em Veneza e em todas as outras praças bizantinas da Itália meridional.

Bari, por exemplo, continua completamente grega e conservará as suas instituições municipais bizantinas até ao tempo de Bohémund⁽⁹³⁾. Embora Bari tenha sido ocupada pelos muçulmanos até 871, o seu *soultan* concede licenças de navegação aos monges que partem para Jerusalém e recomenda-os ao califa de Bagdade⁽⁹⁴⁾.

Passa-se o mesmo com Salerno, Nápoles, Gaète, Amalfi, na costa ocidental. São portos essencialmente activos, que, como Veneza, apenas conservam um laço bastante fraco com Bizâncio; lutam também pela sua autonomia contra o duque de Benevento. O seu *Minter-*

land é muito mais rico que o de Veneza, pois Benevento conserva a sua moeda de ouro e não fica longe de Roma, que continua na mesma, pelas suas igrejas e pelo afluxo de peregrinos, uma grande consumidora de especiarias, de perfumes, de tecidos preciosos e mesmo de papiro. Mantém-se, aliás, no ducado de Benevento uma civilização ainda mais refinada. Paulo Diacono ensina ali o grego à princesa Adalberga. O duque Ariehis, nos finais do século VIII, constrói ali uma igreja a Santa Sofia, que embeleza com ornamentos vindos de Constantinopla; vangloria-se de receber do Oriente sedas, púrpuras, vasos de ouro e de prata cinzelados, assim como produtos da Índia, da Arabia e da Etiópia⁽⁹⁵⁾.

Há que insistir sobre o facto de que os duques de Benevento conservaram a moeda de ouro⁽⁹⁶⁾ e o próprio sistema monetário bizantino⁽⁹⁷⁾. A continuação da unidade mediterrânica, que devia desaparecer mais tarde, é ainda visível aqui.

Estas cidades marítimas do Sul conservam a sua marinha. Em 820, assinalamos oito navios mercantes que, vindo da Sardenha para a Itália⁽⁹⁸⁾, são capturados por piratas sarracenos. Devemos supor que foi com os seus barcos que, em 828, se organizou a expedição de Bonifácio da Toscana a Africa, pois sabemos ter havido um acordo, a este respeito, entre os dois imperadores.

O papa fala a Carlos Magno de navios gregos (*naves Graecorum gentis*) que mandou incendiar em Civita Vecchia. Talvez estes navios subissem por vezes até às costas da Provença e aparecessem, no século IX, em Marselha e em Arles. Mas a sua navegação gravita para o Levante e a sua órbita é bizantina. O que não os impede, tal como aos Venezianos, não só de manterem relações com os portos árabes de Espanha e de Africa mas ainda, como os Napolitanos, de virem em socorro destes no ataque à Sicília. O que revela uma forma de espírito idêntica à dos membros das comunidades estrangeiras aliadas que forneciam munições à Alemanha durante a grande guerra.

Em 879, o almirante grego enviado para defender a Sicília detêm numerosos barcos mercantes, que, mau grado a guerra, fazem comércio entre a Itália e a Sicília. Apodera-se do azeite — o que prova que ele vinha da África — em tal quantidade que o custo desta mercadoria baixou em Constantinopla para um preço irrisório (88).

Este comércio dos portos da Itália meridional com os Muçulmanos era também comércio de escravos. O papa reprova-o por isso (89). Já em 836, o tratado entre Nápoles e o duque de Benevento reconhece aos mercadores da cidade a mais extensa liberdade comercial no ducado, que não pode passar sem eles, por certo. Mas proíbe-os de comprar escravos lombardos com fins lucrativos (90). Ficamos assim a saber que estes escravos vinham da Lombardia, ou seja do Império Franco.

É todavia estes mesmos vendedores de carne humana, em 849, obtêm em favor do papa uma grande vitória marítima diante de Ostia. E São Januário é em Nápoles objecto de uma veneração tão grande como São Marcos em Veneza.

Destas cidades, Amalfi é a mais mercantil. É apenas um pequeno território montanhoso cujas florestas lhe fornecem a madeira para construção dos seus barcos, que singram até à Síria (91).

Quanto ao resto, não há entre estes mercadores e o duque de Benevento qualquer *entente*. Não há mesmo *entente* entre umas e outras. Por volta de 830, Nápoles, para resistir ao duque, pede auxílio aos Sarracenos. Alia-se ainda a eles, cerca de 870, contra a sua rival Amalfi, e depois em 880 contra a influência bizantina, de novo poderosa desde Basílio I (92). Nesta altura também Gaète se aproxima dos Sarracenos, depois volta-se para o papa, que faz várias concessões ao seu *hypopatos* (93). Em 875, navios de todas as cidades do Sul, unidos aos Sarracenos, pilham a costa romana, e Luís II declara que Nápoles se tornou uma outra África (94). Em 877, o papa João VIII procura em vão, com dinheiro

e com a excomunhão, desligar Amalfi dos Sarracenos. Todavia, no mesmo ano, a cidade volta-se contra eles, para proteger a costa da Itália do Sul (95).

A política destas cidades comerciais parece, à primeira vista, bastante confusa. Ela explica-se todavia pelo cuidado constante e exclusivo de proteger o seu comércio. As suas alianças com os Muçulmanos não impedem que resistam a todo o transe contra toda a tentativa de conquista da parte destes.

Em 856, os Sarracenos, cujo objectivo é apoderarem-se da Itália meridional, que atacam simultaneamente por Bari e pelo oeste, assaltam Nápoles e destroem Messina (96). Se as cidades querem comerciar com eles, não querem passar para o seu jugo nem deixar-lhes o senhório das suas águas. A sua política a este respeito é inteiramente semelhante à dos Venezianos. Desconfiam de toda a gente que não lhes pertença e não querem obedecer a ninguém. Mas são implacáveis rivais e para se destruírem entre si não hesitam em se aliar aos Muçulmanos; é assim que Nápoles os ajuda, em 843, a apoderarem-se de Messina, arrancada ao Império Bizantino, a que ela própria pertencia. Mas ainda aqui, estas cidades não aceitam em relação a Bizâncio senão uma sujeição puramente nominal. Só a ameaça directa contra a sua prosperidade as faz agir. Razão por que, em 846, não apoiam os esforços de Lotário contra os Muçulmanos, tal como não apoiam mais tarde os de Luís II (97). Gay diz, muitíssimo bem: «Por uma força inventável, os Estados marítimos, Gaète, Nápoles, Amalfi, estão sempre virados para uma aliança sarracena... O essencial para eles é salvaguardar o litoral e assegurar os interesses do seu comércio. Negociando com os Sarracenos, tomam a sua parte do bolo e continuam a enriquecer. A política de Nápoles e de Amalfi é antes de mais a política do mercador que vive tanto da pilhagem como do comércio regular.» (98) Razão por que não auxiliaram o imperador a defender a Sicília. A sua política foi a dos Holandeses no Japão, no século XVII. Aliás, com quem

poderiam fazer o comércio se negligenciassem as costas muçulmanas? O Oriente pertencia a Veneza.

Resumamos. O Mediterrâneo cristão está, pois, dividido em duas bacias: a este e a oeste, cercadas pelo Islão. Este, terminada a guerra de conquista, no final do século IX, forma um mundo à parte, que se basta a si mesmo e se orienta para Bagdade. É para esta cidade central que se encaminham as caravanas da Ásia e a grande estrada que, pelo Volga, se dirige ao Báltico. Dali se espelham os produtos para a África e para a Espanha. Não há comércio entre muçulmanos e cristãos. Mas aqueles não se fecham a estes. Deixam-nos frequentar os seus portos, trazer-lhes escravos e madeira e levar o que quiserem comprar.

A actividade da navegação cristã não se continua aliás senão no Oriente, e a este se liga a ponta avançada da Itália do Sul. Al, Bizâncio soube conservar o senhorio do mar sobre o Islão. Os barcos continuam a circular de Veneza, ao longo da costa do Adriático, da costa grega, para a grande cidade do Bósforo. E não deixam de visitar os portos muçulmanos da Ásia Menor, do Egipto, da África, da Sicília e da Espanha. A prosperidade cada vez maior das regiões muçulmanas, uma vez passado o período de expansão, vem a beneficiar as cidades marítimas da Itália. Graças a esta prosperidade, conserva-se, na Itália meridional e no Império Bizantino, uma civilização avançada, com cidades, moeda de ouro, mercadores profissionais, uma civilização que conserva as suas bases antigas, em suma.

No Ocidente, pelo contrário, a costa do golfo de Lião e da Riviera até à embocadura do Tibre, devastada pela guerra e pelos piratas, contra os quais os cristãos, sem marinha, não puderam resistir, nada mais é que um deserto e que um alvo da pirataria. Os portos e as cidades são abandonados. É cortada a ligação com o Oriente e nenhuma relação se reata com as costas sarracenas. É a morte. O Império Carolingio apresenta um contraste dos mais chocantes com o Império Bizantino.

É puramente rural, porque está encurralado. Os territórios mediterrâneos, outrora os mais activos do reino, detentores da vida nacional, são hoje os mais pobres, os mais desérticos, os mais ameaçados. Pela primeira vez na História, o eixo da civilização ocidental foi impellido para o norte; durante vários séculos manter-se-á entre o Sena e o Reno. E os povos germânicos, que até aqui tinham apenas desempenhado o papel negativo de destruidores, vão ser agora chamados a desempenhar um papel positivo na reconstrução da civilização europeia. Quebra-se a tradição antiga, porque o Islão destruiu a antiga unidade mediterrânica.